



**INSTITUTO FEDERAL**  
**SANTA CATARINA**

**Relatório do processo de elaboração do  
Plano de Desenvolvimento Institucional  
2015 – 2019**

**Florianópolis – julho 2015**



REDE FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL  
E TECNOLÓGICA

1909-2014

## Comissão Central do PDI<sup>1</sup>

### Presidente

**Andrei Zwetsch Cavalheiro** | Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

### Membros

**Crislaine Gruber** | Secretária Executiva do PDI

**Daniel Augustin Pereira** | Representante do Sinasefe

**Daniela de Carvalho Carrelas** | Pró-Reitora de Ensino

**Elisa Flemming Luz** | Pró-Reitora de Administração

**Golberi de Salvador Ferreira** | Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas

**Marcos Aurélio Neves** | Representante do Sinasefe

**Mário de Noronha Neto** | Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

**Marlon Vito Fontanive** | Representante do Colégio de Dirigentes

**Maurício Martins Taques** | Representante do Colégio de Dirigentes

**Silvana Ferreira Pinheiro e Silva** | Diretora de Gestão do Conhecimento

---

<sup>1</sup> Portarias da Reitora n. 322, 1.139, 1.860, 2.547 do ano de 2013.

## Comissão Operacional do PDI<sup>2</sup>

### Presidente

**Crislaine Gruber** | Secretária Executiva do PDI

### Membros

**Alisson Luiz Lessak** | Assistente em Administração

**Ana Carolina Vieira Rodriguez** | Revisora de texto

**Bruno Cavalheiro Bertagnolli** | Assistente em Administração

**Cristiele Aparecida Petri** | Coordenadora de Planejamento

**Deizi Paula Giusti Consoni** | Assessora da Prodin

**Felipe Gustavo de Andrade** | Assistente em Administração

**Juliana Vamerlati Santos** | Técnica em Assuntos Educacionais

**Raquel Lilian Barbi de Cerqueira** | Assistente em Administração

---

<sup>2</sup> Portarias da Reitora n. 563, 1.140 e 1.252 do ano de 2013 e n. 1.085 e 2.759 do ano de 2014. A Comissão Operacional teve, ao longo de sua atuação, diferentes composições, constantes nas portarias citadas.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
FASE I: PREPARAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PDI.....	5
FASE II: CONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	11
FASE III: ELABORAÇÃO DOS DEMAIS CAPÍTULOS.....	17
CAPÍTULO 3: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	18
CAPÍTULO 4: PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS.....	20
CAPÍTULO 5: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA.....	24
CAPÍTULO 6: PLANO DIRETOR DE INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	24
CAPÍTULO 7: ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL.....	26
CAPÍTULO 8: POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES.....	27
CAPÍTULO 9: ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	27
CAPÍTULO 10: RELAÇÕES EXTERNAS.....	27
CAPÍTULO 11: EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	27
CAPÍTULO 12: CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.....	28
CAPÍTULO 13: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	28
DIVULGAÇÃO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO.....	29
CONCLUSÕES.....	30

## INTRODUÇÃO

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019 foi tema do projeto 16 do Planejamento da Reitoria em 2012, incorporado ao Planejamento Institucional 2013-2014 por meio do Macroprojeto M04.

Este relatório apresenta o processo de elaboração do PDI 2015-2019 do IFSC e está organizado de acordo com as três grandes fases propostas no Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho Superior em 19 de dezembro de 2012, quais sejam:

- Fase I: preparação para a elaboração do PDI;
- Fase II: construção do Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- Fase III: construção do restante do documento.

São relatadas as etapas do processo, detalhando eventos e consultas públicas realizadas, bem como os envolvidos nas diversas comissões.

## FASE I: PREPARAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PDI

A primeira fase de elaboração do PDI foi a preparação do processo. Ela teve **início em maio de 2012 e término em outubro de 2013** (ver Quadro 1).

Quadro 1: Etapas da fase de preparação do processo de elaboração do PDI

N.	Etapa	Datas previstas		Datas confirmadas	
		Início	Fim	Início	Fim
1.1	Pesquisa do referencial teórico	Mai/2012	Jul/2012	Mai/2012	Jul/2012
1.2	Pesquisa e avaliação de metodologias de elaboração participativa de PDI	Mai/2012	Nov/2012	Mai/2012	Nov/2012
1.3	Definição da proposta de metodologia de elaboração do PDI	Nov/2012	Nov/2012	Nov/2012	Nov/2012
1.4	Elaboração de diagnóstico do PDI vigente	Mai/2012	Dez/2012	Mai/2012 <sup>3</sup>	Nov/2012
1.5	Aprovação de metodologia de elaboração do PDI, após consulta ao Codir e Consup	Nov/2012	Dez/2012	Nov/2012	Dez/2012 <sup>4</sup>
1.6	Constituição da Comissão Central	Fev/2013 <sup>5</sup>	Fev/2013	Fev/2013	Mar/2013 <sup>6</sup>
1.7	Detalhamento do Plano de Trabalho e constituição das demais comissões	Fev/2013	Mar/2013	Fev/2013	Out/2013

As três primeiras etapas do Quadro 1 resultaram na **definição do Plano de Trabalho**, bem como da **metodologia de elaboração do PDI**, os quais foram aprovados pelo Consup em dezembro de 2012 (item 1.5 do Quadro 1). Fez-se uma avaliação da metodologia utilizada na construção do PDI 2009-2013, além de uma pesquisa acerca das metodologias utilizadas por outras instituições e, por fim, um estudo comparativo entre as metodologias utilizadas pelas seguintes instituições: Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Instituto Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal de Lavras. Vários outros PDIs foram analisados, porém, para a análise comparativa, foram eleitos esses quatro por eles apresentarem estruturas, tamanhos e processos de elaboração bastante diferentes entre si.

3 Comissão constituída pela Portaria da Reitora n. 671, de 28/05/2012.

4 Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho Superior em 19 de dezembro de 2012.

5 Esta data e as duas seguintes estavam com erro de digitação do ano no Plano de Trabalho aprovado pelo CONSUP.

6 Comissão constituída pela Portaria da Reitora n. 322, de 06/03/2013.

A pesquisa teve como principais pontos de partida a estrutura de relacionamento do planejamento institucional com a prestação de contas, o PDI 2009-2013 e a legislação pertinente, com destaque para o Decreto nº 5.773/2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Com base no PDI 2009-2013, foi elaborado o **diagnóstico**, item 1.4 do Quadro 1. Os objetivos dessa etapa foram: verificar o cumprimento das metas estabelecidas no PDI 2009-2013, estabelecer um ponto de partida para as discussões acerca do novo PDI e subsidiar a elaboração de novas metas. Constituiu-se uma comissão, composta por representantes das cinco pró-reitorias, a qual produziu os relatórios, disponibilizados no site do PDI e utilizados nas etapas posteriores.

O item 1.5 do Quadro 1, conforme dito, foi a aprovação do Plano de Trabalho no Consup. A partir desse momento, pôde-se constituir a **Comissão Central do PDI**, item 1.6, em março de 2013, com representantes das cinco pró-reitorias, do Codir, do Sinasefe e dos discentes. Em julho de 2013, a Comissão Central passou a contar com a participação da Secretária Executiva do PDI. Outra modificação ocorrida na composição da Comissão Central foi a exclusão dos membros discentes, votada pelos demais membros da comissão, em sua reunião de 3 de outubro de 2013. Essa decisão deveu-se a ausência não justificada dos representantes discentes nas atividades da Comissão. Comunicado da situação, o Conselho Superior não se demonstrou contrário, assim como não tomou medidas no sentido de promover a recomposição da representação discente na Comissão Central.

A Comissão Central, com atuação de março de 2013 a junho de 2014, foi responsável pelas seguintes atividades: supervisão geral do processo; detalhamento das competências das demais comissões; especificação dos produtos dos trabalhos das demais comissões; definição dos critérios de escolha dos membros das comissões temáticas; articulação das comissões temáticas com as comissões locais; detalhamento da agenda; consolidação do documento final; articulação com o Consup e demais órgãos colegiados.

A Comissão Central realizou 12 reuniões, presenciais ou por videoconferência, registradas por meio de atas disponibilizadas no site do PDI. Além das reuniões, foi utilizado o e-mail como ferramenta de trabalho, resolvendo diversas questões sem a necessidade de convocar reuniões.

Coube à Comissão detalhar as fases seguintes de elaboração do PDI, etapa 1.7 do Quadro 1. Em reuniões nos meses de abril e maio de 2013 foi feito o **detalhamento da fase II**, elaboração do PPI, **e da fase III**, elaboração do restante do documento. A definição da estrutura de capítulos do PDI aconteceu no começo de junho.

A **constituição das demais comissões**, também explicitada na etapa 1.7 do Quadro 1, teve início ainda em fevereiro de 2013, com discussão sobre a composição das Comissões Locais e da Comissão Operacional.

As **Comissões Locais do PDI** tiveram como responsabilidades: sensibilização e mobilização da comunidade acadêmica; apoio às comissões temáticas nas discussões e sistematização de propostas; apoio às comissões operacional e temáticas no levantamento de dados e informações do câmpus. Outra atribuição prevista para as comissões locais foi a elaboração das propostas dos câmpus quanto à oferta de vagas e consequente planejamento de capacitação, infraestrutura e quadro de pessoal. Porém, essa atividade foi organizada pela Comissão Temática do Plano de Oferta de Cursos e Vagas.

Os câmpus foram orientados pela Comissão Central do PDI, em abril de 2013, a constituírem suas comissões locais com a seguinte composição:

- Membros natos: Diretor-Geral, como presidente; Assessor da Direção-Geral, como secretário; Diretores ou Chefes de Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão e Administração; Chefes de Departamento Acadêmico;
- Representantes por segmento da comunidade: docentes; técnico-administrativos; discentes; externos (opcional).

A maioria dos câmpus constituiu suas comissões locais nos meses de abril e maio de 2013. A Comissão Local da reitoria foi constituída em maio de 2013 e composta por servidores indicados pelos pró-reitores e voluntários.



A constituição da **Comissão Operacional do PDI** deu-se por meio de portaria emitida em abril de 2013. A Comissão Central definiu, em fevereiro, sua composição, considerando as atividades que deveriam ser desempenhadas: suporte ao uso das ferramentas de comunicação virtual; suporte à formatação de documentos; suporte à realização de eventos; levantamento de dados e informações; divulgação; monitoramento das etapas do processo; revisão de texto; registro e documentação das atividades. Em julho de 2013 a composição da comissão foi incrementada com a participação da Secretária Executiva do PDI, que a presidiu a partir desse momento, e de uma revisora de texto. Em 2014, a comissão teve sua composição novamente modificada, conforme portarias da Reitora nº 1.085 e nº 2.759.

A Comissão Operacional realizou seus trabalhos até dezembro de 2014 e foi responsável, dentre outros, pelo site do PDI e pela organização dos eventos. Realizou a sistematização e elaborou os relatórios das consultas públicas, bem como a sistematização da minuta do PPI e do documento-base para a Assembleia. A comissão também operacionalizou a utilização de ferramentas de TI como videoconferências, webconferências, transmissões ao vivo pela internet, e-mail, questionários online e a construção coletiva de documentos online.

As demais comissões do PDI, as denominadas Comissões Temáticas, foram constituídas para: sistematizarem as proposições da comunidade, provenientes de ferramentas de comunicação virtual, audiências, fóruns formais e comissões locais; organizar e desenvolver as discussões temáticas que subsidiaram o texto do PPI e PDI; elaborar as minutas parciais do PPI e PDI.

As **Comissões Temáticas do PPI** foram constituídas a partir do Seminário do PPI, evento realizado entre os dias 15 e 17 de maio de 2013, com o objetivo de discutir os temas relacionados ao Projeto Pedagógico Institucional. Foram três comissões: Ensino, Pesquisa e Extensão; Políticas de Gestão; e, Assuntos Estudantis. Foi necessário incrementar o número de participantes dessas comissões para a etapa de sistematização das contribuições recebidas acerca do PPI e redação da minuta do capítulo, realizadas em agosto de 2013.

A composição das **Comissões Temáticas do PDI**, por sua vez, foi definida na reunião de 6 de junho de 2013 da Comissão Central, após definida a estrutura de capítulos do documento. A Comissão entendeu que determinados capítulos dispensavam a constituição de comissões para sua elaboração, pois compreendem um relato da história ou da atuação do IFSC e apontam para ações futuras explicitadas no Planejamento Estratégico. Esse caso se aplicou aos capítulos 1, 5, 8, 9, 10 e 11. Para os demais capítulos, a princípio, seriam constituídas cinco comissões, responsáveis pelos seguintes capítulos:

- Comissão 1: Planejamento Estratégico (capítulo 3) e Acompanhamento e Avaliação do Desenvolvimento Institucional (capítulo 13);
- Comissão 2: Plano de Oferta de Cursos e Vagas (capítulo 4);
- Comissão 3: Plano Diretor de Infraestrutura Física (capítulo 6);
- Comissão 4: Organização e Gestão de Pessoal (capítulo 7);
- Comissão 5: terceiro item do capítulo Capacidade e Sustentabilidade Financeira (capítulo 12): Estratégias de gestão econômico-financeira.

Dentre essas comissões, apenas a 5 não foi constituída. Em análise posterior, a Comissão Central juntamente à Pró-Reitoria de Administração, responsável pelo restante do capítulo 12, perceberam que não haveria necessidade de constituir a comissão. O item três do capítulo, Estratégias de gestão econômico-financeira, poderia ser elaborado com base no relatório do Grupo de Trabalho responsável pela elaboração das propostas de Diretrizes Orçamentárias do Instituto.

A Comissão 1, denominada posteriormente Comissão Temática do Planejamento Estratégico, desenvolveu trabalho relacionado apenas ao capítulo 3. Este capítulo, diferentemente do capítulo 13, exigiu um trabalho intenso de articulação com os servidores de todos os câmpus e da Reitoria, além de envolver a realização de um grande evento e de uma consulta pública. O capítulo Acompanhamento e Avaliação do Desenvolvimento Institucional, por sua vez, pôde ser elaborado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, sendo apreciado pelos colegiados ao final.

Foi constituída, ainda, a Comissão Valores Institucionais, de acordo com definição da Comissão Central em sua décima reunião. A comissão foi composta por servidores das diversas Pró-Reitorias, além de um membro da Comissão de Ética do IFSC e de um representante do Sinasefe. Devido ao fato de a comissão ter três meses para realizar seu trabalho, optou-se por constituí-la com servidores da reitoria e dos câmpus da Grande Florianópolis, de forma a facilitar a logística dos encontros presenciais. Essa comissão realizou uma análise das proposições da comunidade acerca dos valores institucionais e elaborou uma proposta de valores. Essa proposta foi validada pela Comissão Central e, posteriormente, aprovada pelo Consup. A comissão desenvolveu suas atividades de outubro a dezembro de 2013.

O Quadro 1 demonstra que esta fase teve sete meses de duração além do que previsto, devido à sua última etapa, o detalhamento do Plano de Trabalho e constituição das demais comissões. Pode-se considerar, porém, que a constituição das demais comissões foi praticamente concluída em junho, pois após esse mês apenas a comissão dos Valores Institucionais foi constituída.

## FASE II: CONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

A segunda fase de elaboração do PDI foi a construção do Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Ela teve início em março de 2013 e término em maio de 2014 (ver Quadro 2).

Quadro 2: Etapas da fase de construção do Projeto Pedagógico Institucional

N.	Etapa	Datas previstas		Datas confirmadas	
		Início	Fim	Início	Fim
2.1	Preparação da comunidade acadêmica para a elaboração do PDI	Mar/2013	Jul/2013	Mar/2013	Mai/2013
2.2	Revisão <sup>7</sup> do Projeto Político Pedagógico Institucional	Abr/2013	Jul/2013	Abr/2013	Set/2013 <sup>8</sup>
2.3	Aprovação do PPI revisado pelo Cepe e Consup	Ago/2013	Ago/2013	Nov/2013	Mai/2014 <sup>9</sup>

Esta fase teve duração maior que o previsto, principalmente porque seu objetivo foi modificado em relação ao apresentado no Plano de Trabalho. A princípio, o PPI passaria por uma revisão. Porém, no Seminário do PPI, em maio de 2013, os grupos de trabalho definiram que, em vez de revisar o documento, seria necessário realizar mudanças significativas nele, produzindo um novo PPI.

Dessa forma, as etapas 2.2 e 2.3 do Quadro 2 passaram a ser, respectivamente, “Construção do novo PPI” e “Aprovação do novo PPI” e tiveram as datas de término prorrogadas.

Outro incremento na fase II foi a elaboração do capítulo um do PDI, o Perfil Institucional, o qual foi aprovado juntamente ao PPI pelo Consup em maio de 2014.

Além da construção do PPI, esta fase compreendeu a preparação da comunidade acadêmica para a elaboração do PDI como um todo. Na etapa 2.1, destaca-se a realização do **Lançamento** do processo, durante a tarde do dia 12 de abril. O professor Luiz Enrique Aguiar, da Unicamp, palestrou durante o evento, o qual foi transmitido ao vivo pela internet, com tradução na Língua Brasileira de Sinais, possibilitando aos servidores e alunos de todos os câmpus participarem da atividade. O evento contou

<sup>7</sup> Essa etapa teve seu objetivo modificado ao longo do processo, passando a representar a construção de um novo PPI, em vez de apenas a revisão do documento.

<sup>8</sup> A Assembleia do PPI aconteceu no dia 12 de setembro de 2013.

<sup>9</sup> O Projeto Pedagógico Institucional foi aprovado pelo CEPE em 14 de fevereiro de 2014 e pelo CONSUP em 21 de maio de 2014.

também com uma apresentação geral do PDI, feita pelo professor Andrei Zwetsch Cavalheiro, Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional e com uma fala da Reitora do IFSC. De acordo com os relatos dos câmpus, 150 servidores e 396 alunos assistiram ao evento.

Ainda na etapa 2.1, foram realizadas duas **consultas públicas**:

- uma **sondagem**, em fevereiro, com o objetivo de identificar o grau de envolvimento dos servidores com o PDI vigente e sua disposição em participar da construção do novo PDI; e,
- a **consulta pública preliminar**, em maio, com o objetivo de reunir opiniões da comunidade acadêmica sobre o PPI, a Missão e a Visão Institucional e fornecer informações importantes para a definição das próximas etapas do trabalho pela Comissão Central do PDI.

A sondagem alcançou seu objetivo ao motivar 350 servidores (20% do total na época) a começarem a pensar no PDI. Conforme apresentado no relatório da sondagem, foi possível confirmar que um grande desafio no processo de elaboração do PDI seria construir mecanismos de participação e envolvimento da comunidade, capazes de garantir qualidade ao documento e seu emprego como efetiva ferramenta de gestão para o planejamento anual do IFSC e como elemento de orientação para o dia a dia da instituição nos próximos cinco anos.

Na consulta preliminar, houve a participação de 229 servidores e 505 alunos. As contribuições foram organizadas pela Comissão Operacional e apresentadas no Seminário do PPI, para subsidiar a elaboração da minuta do novo documento.

O **Seminário do PPI** aconteceu de 15 a 17 de maio, na Grande Florianópolis, e contou com a participação de 111 servidores da reitoria e dos diversos câmpus do IFSC. O evento representou o início e uma das principais atividades da etapa 2.2. Além de uma palestra com o professor Luiz Enrique Aguilar, da Unicamp, que havia participado do Lançamento do PDI, fizeram parte da programação: a apresentação da metodologia de trabalho e de alguns documentos norteadores, pelo professor Andrei Zwetsch Cavalheiro, das metas e estratégias do PNE, pelo professor Marcos Aurélio Neves, membro da Comissão Central, e da Lei de Criação dos Institutos, pelo professor Paulo Roberto Wollinger.

O objetivo do Seminário foi discutir temas relacionados ao documento e começar o processo de revisão do PPI. Os participantes trabalharam em cinco grupos temáticos: 1) Ensino; 2) Pesquisa; 3) Extensão; 4) Políticas de gestão; e, 5) Responsabilidade Social e Assuntos Estudantis, e fizeram sugestões de alteração no documento atual, o que gerou uma versão comentada do PPI. Um dos resultados do evento foi a criação de Comissões Temáticas com o objetivo de organizar as contribuições dos grupos e redigir uma Minuta do PPI, para apreciação de toda a comunidade.

Após o Seminário, foram então constituídas, por servidores que participaram do evento, as três **Comissões Temáticas do PPI**: 1) Ensino, Pesquisa e Extensão; 2) Políticas de Gestão; e, 3) Assuntos Estudantis. Em agosto, outros servidores foram incluídos nessas comissões, a fim de auxiliarem no processo de sistematização dos resultados da consulta pública e de elaboração do documento-base para a Assembleia Geral. Esses servidores foram indicados pelos Pró-Reitores, membros da Comissão Central, por afinidade do trabalho que desenvolvem no IFSC com os respectivos temas das comissões.

As Comissões Temáticas foram compostas pelo Diretor ou Chefe de Departamento da Reitoria ligado ao tema da comissão e por servidores com perfil definido pela Comissão Central, com o objetivo de sistematizar as proposições da comunidade, organizar as discussões e elaborar as minutas parciais do PPI.

Com base no material produzido no Seminário do PPI, as Comissões elaboraram uma minuta do documento, a qual foi disponibilizada para a comunidade contribuir por meio de **consulta pública**, que aconteceu da última semana do mês de junho até a primeira semana do mês de agosto de 2013. As Comissões Locais organizaram o processo de discussão e enviaram para a Comissão Operacional, por meio de formulário online, as contribuições dos câmpus e da reitoria. Foram recebidas aproximadamente 1.000 contribuições. A Comissão Operacional realizou um tratamento prévio das contribuições e encaminhou esse material para as Comissões Temáticas.

Para sistematizarem as contribuições da comunidade acerca da minuta do PPI, estas Comissões realizaram **encontros** presenciais, mas trabalharam também a distância, com o apoio das ferramentas de TI, a fim de otimizarem o tempo do trabalho. O primeiro encontro aconteceu nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 2013, no Câmpus São

José, e o segundo encontro ocorreu na Reitoria, no dia 22 de agosto.

Essa sistematização resultou no **Documento-base para a Assembleia Geral do PPI**, o qual foi utilizado para conduzir a votação no evento.

A **Assembleia Geral do PPI** contou com a participação de 109 delegados, alunos, docentes e técnico-administrativos, dos 19 câmpus em funcionamento à época e da reitoria, além das Comissões Temáticas do PPI, Comissão Central e Operacional. O evento aconteceu no dia 12 de setembro de 2013, no auditório do câmpus São José, das 9:00 às 20:00. Todo o documento-base foi votado, item a item, pela Assembleia, que definiu o conteúdo do novo PPI.

Devido à forma de votação, foi necessário realizar, após a Assembleia, uma **análise técnica do documento**, a fim de conferir a ele coesão e de evitar incoerências. Essa análise foi feita pela Comissão Central e encaminhada ao Cepe para apreciação.

Em 5 de novembro de 2013, o Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional apresentou, na 10ª reunião do Cepe, o processo de construção do PPI e do PDI. Nessa reunião, o Colegiado designou uma comissão para apreciação, análise e elaboração do parecer.

Em 12 de novembro de 2013, foi enviado ao Cepe, por meio do memorando 4266/2013/Reitoria, o material de referência para análise: a Minuta do PPI aprovada na Assembleia Geral, a Ata da Assembleia, o Documento base para a Assembleia, além do Parecer Técnico da Comissão Central acerca da minuta.

Na 11ª reunião do Cepe, a comissão designada no dia 5 de novembro apresentou sua primeira análise. Foram realizadas considerações e apontamentos, além de solicitada a presença do Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional para sanar dúvidas da comissão. Em seguida, a comissão fez modificações indicadas pelo colegiado e encaminhou o parecer para apreciação dos demais membros, os quais poderiam propor modificações. Em 14 de fevereiro, na 1ª reunião de 2014, **o Cepe aprovou seu parecer final sobre a minuta do PPI**, o qual foi enviado à Comissão Operacional e ao Conselho Superior.

A minuta do PPI seria apreciada pelo Consup juntamente ao restante do PDI. No entanto, com a apreciação do PDI adiada, até esse momento, para agosto de 2014, a Prodin propôs ao Consup que a apreciação do PPI fosse feita no mês de abril, na 29ª

reunião ordinária do conselho. O Consup designou, então, um grupo de trabalho, composto por três conselheiros, responsável por analisar a minuta do PPI, bem como o parecer emitido pelo Cepe acerca do documento.

Esse grupo fez uma primeira análise do documento, a qual foi apresentada ao conselho no dia 23 de abril. O grupo entendeu que seria necessário reunir-se com o Cepe para avaliar o parecer emitido por este colegiado. A Comissão Operacional organizou, então, reuniões com a participação dos membros do Consup e dos representantes do Cepe, secretariadas pela Secretária Executiva do PDI. Após esses encontros, o grupo de trabalho finalizou sua análise do documento e a apresentou na reunião do Consup, em 21 de maio de 2014, data na qual o **PPI foi aprovado**.

Nessa ocasião, também **foi apreciado pelo Consup o capítulo Perfil Institucional**. Paralelamente à construção do novo PPI, as Comissões Central e Operacional coordenaram a elaboração do capítulo um, que consiste em uma apresentação da Instituição: presença no estado, histórico, missão, visão, valores, finalidades, características, objetivos e áreas de atuação acadêmica.

Determinadas seções do capítulo, tais como o histórico e as áreas de atuação acadêmica, foram elaboradas pela Comissão Operacional, em colaboração com as pró-reitorias. As novas declarações de missão e visão, por sua vez, foram resultados de diversas rodadas de discussão, até chegarem à Assembleia Geral do PPI, na qual foram aprovadas. Já os valores foram elaborados por uma comissão temática, constituída para esse fim. A seguir, detalham-se esses processos.

A revisão das declarações de missão e visão e elaboração do conjunto de valores começou, conforme supracitado, na consulta pública preliminar, em maio de 2013. O resultado da consulta foi utilizado durante o Seminário do PPI e, posteriormente, pelas Comissões Temáticas do PPI, como subsídio para a elaboração da Minuta. Essas Comissões, porém, não puderam elaborar propostas de missão, visão e valores a tempo de serem apreciadas pela comunidade na Assembleia do PPI. Por isso, a Comissão Central sugeriu a realização de um seminário para a elaboração das propostas de missão e visão e a constituição de uma comissão que seria responsável pela proposição do conjunto dos valores institucionais.



O Seminário Missão e Visão foi realizado em 15 de agosto de 2013 no Câmpus São José. Esse seminário compreendeu uma atividade coordenada pelo servidor do Câmpus Florianópolis, Paulo Vitor Tavares, administrador e consultor na área de planejamento estratégico, e teve como base as contribuições coletadas junto à comunidade na consulta pública preliminar e no Seminário do PPI, a Lei nº 11.892/2008 e a Política de Comunicação do IFSC. Foram convidados para o evento a reitora do IFSC, os pró-reitores, a Diretora de Gestão do Conhecimento, a Diretora de Comunicação, os membros das Comissões Temáticas do PPI e representantes dos diretores-gerais, dos alunos, dos egressos e da comunidade externa no Consup. Esse grupo fez um levantamento dos termos essenciais para a redação da missão e da visão, os quais foram utilizados para propor algumas alternativas de redação das declarações. Essas alternativas foram remetidas à Comissão Central, a qual encaminhou para a Assembleia, além das declarações anteriores, a versão elaborada durante o seminário e uma opção ajustada pela Comissão Central após o seminário. As três opções foram disponibilizadas para apreciação da comunidade por meio do documento-base da Assembleia Geral do PPI.

Quanto aos valores, a Comissão Temática apropriou-se do material coletado na consulta pública e do novo PPI para propor uma relação de valores, a qual foi encaminhada à Comissão Central e ao Consup para apreciação. **Os valores foram aprovados juntamente ao restante do capítulo um e do PPI**, em maio de 2014.

## FASE III: ELABORAÇÃO DOS DEMAIS CAPÍTULOS

A terceira fase de elaboração do PDI foi a construção do restante do documento, ou seja, de todos os capítulos menos o PPI e o Perfil Institucional. Ela teve início em setembro de 2013 e será finalizada em junho de 2015 (ver Quadro 3).

Quadro 3: Etapas da fase de elaboração dos demais capítulos

N.	Etapa	Datas previstas		Datas confirmadas	
		Início	Fim	Início	Fim
3.1	Elaboração do novo PDI	Set/2013	Nov/2013	Ago/2013	Nov/2014
3.2	Apreciação do documento no CEPE e CONSUP	Dez/2013	Dez/2013	Jul/2014	Nov/2014
3.3	Publicação e divulgação do documento	Dez/2013	Jun/2014	Dez/2014	Jun/2015

A etapa 3.1 consiste na elaboração de todos os capítulos do PDI, exceto os capítulos um e dois. Conforme citado anteriormente, estes capítulos foram aprovados pelo Consup em maio de 2014. O **restante do documento foi apreciado pelo Cepe em agosto de 2014**. O parecer do Cepe foi encaminhado para o Consup, o qual solicitou, na reunião do dia 13 de agosto, mais tempo para apreciar o documento como um todo.

Ainda na reunião do dia 13 de agosto, e com base no parecer do Cepe acerca do Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV), o Consup solicitou que esse capítulo fosse ajustado pela Comissão Temática que o elaborou. Dessa forma, **os demais capítulos (desde o três até o 13, exceto o POCV) foram apreciados no dia 1º de outubro e a apreciação do POCV foi feita em reunião extraordinária no dia 19 de novembro**.

Após aprovação do POCV no Consup, o **PDI foi revisado e encaminhado para a diagramação**. O documento será diagramado e divulgado, tanto na forma impressa quanto na digital, em 2015. Está previsto no Plano Anual de Trabalho 2015 da Prodin um **projeto de disseminação** do documento, no qual constam outros materiais, além da versão completa impressa e digital, tais como placas e banners com as novas declarações de missão, visão e valores, banners com o mapa estratégico, além de visitas aos câmpus para apresentar o documento aprovado.

Conforme o Quadro 3, a fase III teve seu término prorrogado em relação ao

previsto. Essa prorrogação deveu-se, principalmente, à necessidade de aprofundar a discussão relativa ao Plano de Oferta de Cursos e Vagas, conforme será explicitado na seção que fala sobre a elaboração desse capítulo, encontrada entre as seções seguintes.

A seguir, detalha-se o processo de elaboração dos nove capítulos referentes à fase III.

### CAPÍTULO 3: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico é um dos capítulos chave do PDI, pois orientou a elaboração dos capítulos seguintes. Para organizar a construção desse capítulo, a Prodin desenvolveu um **estudo sobre metodologias e ferramentas de planejamento estratégico**, tais como Balanced Scorecard (BSC) e Análise SWOT<sup>10</sup>, e sobre a aplicação dessas metodologias em instituições de ensino.

Com base nesse estudo, a Prodin propôs uma metodologia para a elaboração do Planejamento Estratégico do IFSC, bem como um cronograma para desenvolver essa atividade. Tanto a metodologia quanto o cronograma foram discutidos e validados pela Comissão Central, em julho de 2013, conforme registrado nas atas de suas reuniões de números oito e nove.

A fim de subsidiar a elaboração do Planejamento Estratégico, foi realizado um **diagnóstico institucional**, com uso da Matriz SWOT. Uma webconferência e uma oficina presencial foram oferecidas às Comissões Locais, a fim de capacitá-las para orientarem a construção da matriz nos câmpus.

De posse do diagnóstico e das propostas de metodologia e de cronograma, a Prodin organizou uma reunião, no dia 18 de setembro de 2013, com a participação da reitora, dos pró-reitores, dos diretores da reitoria e da Comissão Temática do Planejamento Estratégico, a qual foi chamada de **Reunião de Gestão Ampliada**. Nessa reunião, foram definidas as Perspectivas de valor e os Temas estratégicos que guiaram a elaboração do Planejamento Estratégico do IFSC. Ainda nessa reunião, foram definidos **grupos de trabalho** para começarem a redigir uma proposta de objetivos estratégicos.

---

<sup>10</sup> A Análise SWOT é uma ferramenta que permite à instituição identificar os fatores ambientais que influenciam no desenvolvimento de suas atividades. A sigla SWOT é composta pelas iniciais das palavras forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, na língua inglesa.

Esses grupos reuniram-se durante uma semana e propuseram uma primeira relação de objetivos.

Fez-se, então, a **2ª Reunião de Gestão Ampliada**, com o objetivo de esboçar um mapa estratégico, o qual foi encaminhado novamente para os grupos, com a tarefa de começarem a elaborar uma relação de propostas de indicadores e metas para cada objetivo estratégico.

O material produzido pelos grupos foi sistematizado pela Prodin e preparado para o **Seminário de Planejamento Estratégico**, que ocorreu nos dias 30 e 31 de outubro de 2013, no Hotel Golden Executive, em São José. O evento contou com 143 participantes, entre docentes, discentes e técnico-administrativos, representando todos os câmpus e a reitoria, bem como todos os órgãos colegiados de abrangência institucional. Os participantes do Seminário foram divididos em sete grupos de trabalho, segundo temas estratégicos, conduzidos por uma equipe de mediadores e de apoio.

O objetivo do seminário foi discutir os objetivos estratégicos e propor indicadores, metas e iniciativas para cada um deles. Durante os dois dias de evento, os grupos trabalharam com uma relação de objetivos previamente estabelecida, a fim de analisar e validar a redação e a descrição de cada objetivo, bem como propor indicadores, metas e iniciativas relacionadas a eles. Além disso, os grupos puderam sugerir a aglutinação ou a exclusão de objetivos. Ao final do evento, foi apresentada a proposta de continuidade do planejamento estratégico, a qual foi acordada com os participantes do seminário.

O material produzido durante o evento pelos grupos passou por uma **análise técnica** e foi disponibilizado para a comunidade contribuir por meio de **consulta pública**, na qual todos os membros da comunidade acadêmica puderam contribuir, mais uma vez, acerca dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas do IFSC para os próximos cinco anos. A consulta ficou disponível de 10 de dezembro de 2013 e até 16 de fevereiro de 2014, via formulário online. Cada uma das 128 contribuições recebidas passou por **análise técnica** feita por grupos constituídos pela equipe da Diretoria de Gestão do Conhecimento e servidores das demais pró-reitorias, de acordo com uma relação pré-determinada de objetivos estratégicos.

Após a consulta pública e a análise das contribuições pelos grupos de trabalho, **foi elaborada uma minuta do planejamento estratégico**, que foi disponibilizada no site do PDI. Essa minuta **foi apreciada parcialmente pelo Codir** no dia 7 de abril, sem considerar as iniciativas estratégicas, que foram submetidas à apreciação dos câmpus, os quais tiveram a oportunidade de propor modificações na redação, na tipologia ou, ainda, propor novas iniciativas através de um formulário online. As sugestões dos câmpus foram avaliadas pela Prodin e, aquelas que foram aprovadas, incorporadas à minuta para **segunda apreciação pelo Codir** em 12 maio de 2014. Este colegiado não sugeriu alterações na minuta, a qual foi encaminhada ao **Cepe**, que **a apreciou em 12 de agosto**. A **aprovação da minuta pelo Consup ocorreu em 1º de outubro de 2014**.

#### CAPÍTULO 4: PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS

A elaboração do Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) foi iniciada em agosto de 2013 e envolveu uma série de etapas e procedimentos.

Inicialmente, foram disponibilizadas as **Sínteses Informativas das Microrregiões** (SIM), elaboradas pela Diretoria de Gestão do Conhecimento e constituídas por levantamento de dados, informações e indicadores demográficos, econômicos, de emprego e educação das microrregiões do Estado, sistematizados por câmpus. Com esse material, buscou-se, em um primeiro momento, proporcionar a realização de análises que considerassem os aspectos demográficos, econômicos, de empregabilidade e de educação dos municípios sedes dos câmpus e das respectivas regiões do entorno, no estudo da prospecção, alinhamento e redefinição da oferta de cursos.

Em um segundo momento, foram estabelecidas **diretrizes para a elaboração do POCV**. A discussão foi realizada em reunião extraordinária do Codir estendida aos dirigentes de ensino, no dia 26 de agosto de 2013, com aprovação na reunião do dia 16 de setembro de 2013. Resultaram dessa discussão as seguintes diretrizes<sup>11</sup>:

1. disposição de no mínimo 50% do total de vagas do IFSC, para cursos de nível técnico, com o mínimo de 50% em cada câmpus;

---

11 De acordo com a súmula da reunião extraordinária do CODIR, de 26/08/2013:  
[http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/Codir2013/cd\\_sumula08\\_26agosto2013.pdf](http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/Codir2013/cd_sumula08_26agosto2013.pdf)

2. disposição de no mínimo 20% do total de vagas do IFSC, para cursos de formação de formadores, sem percentual mínimo por câmpus, mas com o Centro de Referência em Formação e EaD capaz de completar a diferença entre o total necessário de vagas e a soma da oferta dos câmpus;
3. disposição de no mínimo 10% do total de vagas do IFSC para cursos Proeja (Técnico ou FIC), com obrigatoriedade de, pelo menos, uma oferta em cada câmpus;
4. oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada de forma regular ou via Bolsa-Formação (Pronatec) conforme demanda e opção do câmpus, mas com ofertas custeadas pela Bolsa-Formação não computando carga horária para fins do dimensionamento do quadro de professores quando não enquadradas nas regras da resolução de atividades docentes;
5. verticalização da oferta, com organização dos cursos em itinerários formativos – do FIC ao superior – em ao menos um dos eixos do câmpus. Deve haver articulação da verticalização entre eixos, com câmpus da região, com outras Redes e Institutos, ou ainda via oferta de EaD, podendo compor, inclusive, itinerários formativos intercâmpus dentro do IFSC.

Após a aprovação das diretrizes, **constituiu-se uma comissão temática**<sup>12</sup> composta pelos dirigentes de ensino dos câmpus<sup>13</sup>, pró-reitor de Ensino (presidente) e pró-reitor de Desenvolvimento Institucional. Essa comissão teve como principais atribuições sistematizar as proposições da comunidade acerca do POCV, organizar e desenvolver as discussões temáticas acerca do POCV.

A comissão temática realizou seis **Seminários do Plano de Oferta de Cursos e Vagas**:

1. 1º de novembro de 2013, na Reitoria do IFSC

---

12 Portaria da reitora n. 1801, de 30 de setembro de 2013. Prorrogada pela portaria da reitora n. 977, de 16 de maio de 2014.

13 Diretora de Ensino e Chefes de Departamento Acadêmico do Campus Florianópolis, Chefes de Departamento ou Diretores de Ensino, Pesquisa e Extensão dos demais câmpus.

2. 16 de abril de 2014, no Câmpus Florianópolis-Continente
3. 20 de maio de 2014, no Câmpus São José
4. 4 de julho de 2014, por webconferência
5. 28 de agosto de 2014, por webconferência
6. 21 de outubro, por webconferência

Além desses seminários, **promoveram-se, em todos os câmpus, discussões sobre o POCV**, tanto apenas entre os servidores, quanto com a presença da Pró-Reitoria de Ensino (Proen). Paralelamente, a Proen realizou visitas aos câmpus, nas quais foram apresentados aos servidores um panorama da oferta institucional e resgatados os dados das Sínteses Informativas das Microrregiões de cada uma das regiões atendidas. O objetivo desses encontros foi subsidiar o aprimoramento das propostas de ofertas, com base nos dados disponíveis e em uma visão geral da instituição.

Foi necessário, durante o processo, **desenvolver e adotar algumas estratégias para elaboração do POCV**. Uma delas diz respeito à classificação do “custeio” de cada um dos cursos propostos. Os câmpus puderam planejar ofertas que serão custeadas, em sua maior parte, pelo próprio IFSC, bem como ofertas que terão custeio externo, ou seja, que acontecerão por meio de programas como Bolsa-Formação, e-Tec e UAB. Os cursos cadastrados como “custeio externo” não computam para o dimensionamento do quadro de docentes da instituição, visto que os professores são externos (instituições parceiras) ou, quando do quadro do IFSC, percebem bolsas para atuarem além da carga horária prevista em seus regimes de trabalho e disposta nos seus Planos Semestrais de Atividades Docentes (PSAD).

Outra estratégia adotada foi a possibilidade de cadastrar cursos classificados como “expansão” quanto a sua situação, além das opções “corrente”, “novo” e “em extinção”. Cursos com essa classificação são aqueles que representam intenções de oferta futura, com base na identificação de demandas da região de cada câmpus, mas que necessitam de expansão do quadro docente, quadro de técnico-administrativos ou infraestrutura, para além do que está inicialmente previsto para a vigência deste PDI.

A **ferramenta utilizada para a coleta e organização dos dados** acerca da oferta proposta pelos câmpus foi uma planilha, desenvolvida no software LibreOffice Calc. Essa planilha permitiu aos câmpus inserirem os cursos que ofertam, que pretendem ofertar e que pretendem extinguir nos próximos cinco anos, período de implantação do POCV. Através da planilha foi possível, também, prever a necessidade de contratação de docentes, bem como de ampliação do número de salas de aulas para implantar as ofertas previstas. Além disso, o IFSC pode averiguar se a oferta proposta atende aos percentuais de oferta exigidos pela Lei nº 11.892/2008 em seu artigo 8º.

De posse da ferramenta desenvolvida e das estratégias e diretrizes definidas, **a Comissão Temática coordenou o debate sobre a oferta** de cada um dos câmpus, e do IFSC como um todo, até 2019. A **primeira proposta de POCV** foi entregue à Comissão Operacional, para produzir a primeira minuta e enviar ao Cepe, em julho de 2014. A Comissão Operacional organizou as informações de todas as planilhas dos câmpus em uma única planilha e extraiu os relatórios para produzir a minuta do capítulo. Enquanto a minuta estava sendo preparada, **o Cepe utilizou as próprias planilhas para fazer a análise do material** proposto pela Comissão Temática, nos dias 28 e 29 de julho. A minuta do capítulo também foi enviada ao Cepe, que a **apreciou no dia 12 de agosto** e encaminhou seu parecer para o Consup.

O parecer emitido pelo Cepe contém diversas sugestões, recomendações e ponderações em relação à oferta de cada um dos câmpus, sugerindo ao Consup que aprove o Plano mas remeta aos câmpus esse parecer, a fim de que aprofundem as discussões e recolham mais subsídios para decidirem sobre as ofertas educativas do IFSC. O Consup porém, no dia 13 de agosto, reunião na qual estava prevista a apreciação do POCV e dos demais capítulos do PDI, fez o seguinte encaminhamento: **encaminhar o POCV novamente para a Comissão Temática**, a fim de que avaliem as questões apontadas no parecer do Cepe e que, nos casos em que esse parecer não seja seguido, elabore a contestação ao parecer e a encaminhe para o Conselho.

A Comissão Temática coordenou novamente as discussões nos câmpus e também realizou dois seminários após a reunião do Consup em 13 de agosto. Foram realizadas, do dia 12 de setembro ao dia 17 de outubro, **oficinas em todos os câmpus**, com a



presença de membros da Comissão Temática, para ajustar e refinar os dados das planilhas. Paralelamente, os câmpus analisaram o parecer do Cepe, elaboraram as contestações julgadas necessárias e as encaminharam ao Consup.

Após a rodada de oficinas, as planilhas de todos os câmpus foram encaminhadas para a Comissão Operacional, que as compilou em uma planilha única e extraiu novamente os relatórios para **redigir a minuta**, a qual foi encaminhada ao Consup. **O POCV foi aprovado pelo Consup no dia 19 de novembro**, em reunião extraordinária.

### CAPÍTULO 5: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

O capítulo cinco foi elaborado pela Diretoria de Desenvolvimento do Ensino, da Proen. Sua **minuta foi apreciada pelo Cepe em 12 de agosto e aprovada pelo Consup em 1º de outubro**, sem sugestões de alteração.

### CAPÍTULO 6: PLANO DIRETOR DE INFRAESTRUTURA FÍSICA

Para elaborar o capítulo seis, **constituiu-se uma comissão temática**, cuja composição foi definida pela Comissão Central da seguinte maneira: um servidor do Departamento de Obras e Engenharia, um especialista em acessibilidade, um servidor ocupante do cargo de Chefe de Departamento de Administração, um servidor ocupante do cargo de Chefe de Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão, o servidor responsável pela Diretoria de Expansão e um engenheiro lotado em câmpus.

Para **selecionar o especialista em acessibilidade**, a Comissão Operacional enviou, no dia 30 de setembro de 2013, um e-mail para todos os servidores do IFSC, a fim de que especialistas em acessibilidade com disposição para participar da comissão pudessem manifestar seu interesse. Foram recebidas 13 respostas, com indicação de oito servidores e de dois especialistas de outras instituições. Além dessas indicações, alguns servidores enviaram materiais de referência e contatos de instituições que poderiam colaborar no trabalho em parceria com o IFSC. O senhor Fabrício Agacy, servidor da reitoria do IFSC na época da constituição da comissão, engenheiro em segurança do trabalho, foi selecionado para colaborar com o trabalho.

A comissão foi constituída, então, pelos seguintes servidores:

- Fábio Donath: servidor do Departamento de Obras e Engenharia;
- Fabrício Agacy: engenheiro de segurança do trabalho, lotado à época na Diretoria de Gestão de Pessoas;
- Geancarlo Vieira Werner: administrador ocupante do cargo de Chefe de Departamento de Administração do Câmpus Lages;
- Nibar Rodrigues: projetista ocupante à época da constituição da comissão do cargo de Chefe de Departamento de Administração do Câmpus São José;
- Caio Alexandre Martini Monti: professor ocupante do cargo de Diretor de Expansão;
- Elon José Lenzi: engenheiro do Câmpus Florianópolis;
- Dorival Menegaz Nandi: professor ocupante do cargo de Procurador Educacional Institucional.

A Comissão Central definiu, posteriormente, não incluir na comissão um servidor ocupante do cargo de Chefe de Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão, pois todos os servidores ocupantes desse cargo constituíram a comissão temática do Plano de Oferta de Cursos e Vagas, a qual demandou, por si só, uma elevada carga horária.

Para elaborar o Plano Diretor de Infraestrutura Física, a comissão utilizou diversas fontes. As **informações relativas às bibliotecas** foram obtidas junto à Coordenadoria de Bibliotecas do IFSC. Em relação aos **espaços físicos**, a Comissão utilizou como subsídio o **relatório do Grupo de Trabalho Espaços**<sup>14</sup>. O levantamento acerca dos **laboratórios** foi feito por meio de um formulário online. A solicitação da relação de **obras a serem realizadas** nos próximos cinco anos e o do preenchimento da **checklist sobre a acessibilidade** foram encaminhados por meio de memorando a todos os câmpus.

Além de coletar informações de todos os câmpus, a Comissão também elaborou diretrizes para a ampliação e a adequação dos espaços físicos. Após elaboração das diretrizes para a acessibilidade, o texto foi enviado, por intermédio da Diretoria de Assuntos Estudantis, para **análise por uma das especialistas** no assunto indicada na consulta realizada em setembro de 2013.

---

<sup>14</sup> Constituído pela Portaria da Reitora nº 711 de 2013.

A **minuta do capítulo foi apreciada pelo Codir em 7 de julho de 2014**. Paralelamente à apreciação da minuta, o Codir aprovou as diretrizes para a definição dos espaços físicos prioritários para os câmpus, a partir do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Espaços. Essas diretrizes foram inseridas na primeira minuta e ela foi encaminhada, então, para o Cepe e o Consup. Essa **minuta foi apreciada pelo Cepe em 12 de agosto e aprovada pelo Consup em 1º de outubro de 2014**.

### CAPÍTULO 7: ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

O capítulo sete foi elaborado por uma **comissão temática**, cuja composição, definida pela Comissão Central, foi:

- o servidor ocupante do cargo de Diretor de Gestão de Pessoas: no primeiro momento, o professor Volnei Velleda Rodrigues e, posteriormente, o professor Oscar Silva Neto, o qual já fazia parte da comissão por ocupar o cargo de Chefe do Departamento de Desenvolvimento e Seleção de Pessoas, outra indicação da Comissão Central para compor a comissão;
- um membro da Comissão do Concurso Público: professora Kleny Pires do Amaral;
- um membro do Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas: quando feita a consulta ao colegiado para definir os servidores que comporiam a comissão, foi definido que deveriam ser destacados ao menos um membro da Comissão Interna de Supervisão (CIS) e um membro da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Assim, foram destacados os servidores: Larissa Vargas Becker, da CIS, Sueli Costa e Daniel Lohmann, da CPPD.

Essa comissão utilizou como referência a **legislação referente à gestão de pessoas** no serviço público federal. Portanto, foi, em grande parte, um trabalho de compilação da legislação. Por outro lado, esse capítulo traz **dados atualizados sobre os servidores da instituição**, bem como a projeção de expansão do quadro tanto docente quanto técnico-administrativo.

A **minuta do capítulo foi apreciada pelo Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas (CDP), nas reuniões de 2 de julho e de 5 de agosto de 2014, e pelo Cepe, em 12 de agosto**. A minuta **foi aprovada pelo Consup em 1º de outubro de 2014** e foi

atualizada, após a aprovação do POCV, pois a tabela que demonstra a previsão de expansão do quadro docente é dependente dos dados desse Plano.

### CAPÍTULO 8: POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

O capítulo oito foi **elaborado pela Diretoria de Assuntos Estudantis**, da Proen. Sua minuta foi **apreciada pela Comissão Central**, a qual sugeriu alterações pontuais de melhoria de texto, incorporadas à minuta para encaminhamento ao Cepe e Consup. Ela **foi aprovada por este colegiado em 1º de outubro de 2014**.

### CAPÍTULO 9: ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O capítulo nove foi **elaborado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional**. Sua principal referência é o Regimento Geral do IFSC, pois este apresenta a estrutura organizacional da instituição. Após concluída a primeira proposta de texto para o capítulo, ela **foi enviada para a Comissão Central apreciar** em julho de 2014. A Comissão fez diversas sugestões de melhoria do texto, as quais foram incorporadas à proposta inicial. A minuta foi, então, finalizada e encaminhada ao Cepe, que a apreciou em 12 de agosto. A **aprovação do capítulo foi feita pelo Consup em 1º de outubro de 2014**.

### CAPÍTULO 10: RELAÇÕES EXTERNAS

O capítulo dez foi elaborado em conjunto. O primeiro item, que trata das relações e parcerias com comunidade, instituições e empresas, **foi escrito pela Diretoria de Extensão, da Proex**. A segunda parte, relativa às relações internacionais, **foi feita pela Coordenaria de Assuntos Internacionais, da Proppi**. A minuta do capítulo foi apreciada pelo Cepe, na reunião de 12 de agosto de 2014, e **aprovada pelo Consup em 1º de outubro de 2014**, sem sugestões de modificações.

### CAPÍTULO 11: EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O capítulo 11 foi **elaborado pela Pró-Reitoria de Ensino**, e sua minuta foi apreciada pelo Cepe, na reunião de 12 de agosto de 2014, e **aprovada pelo Consup em 1º de outubro de 2014**, sem sugestões de modificações.

### CAPÍTULO 12: CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O capítulo 12 foi **elaborado pela Pró-Reitoria de Administração**. Sua minuta foi apreciada pelo Codir, em 7 de julho, sem ressalvas, e pelo Cepe, na reunião de 12 de agosto de 2014. A **aprovação da minuta pelo Consup ocorreu em 1º de outubro de 2014**.

Este capítulo passou por atualizações após a aprovação do POCV, visto que apresenta uma projeção do orçamento da instituição com base no número previsto de alunos.

### CAPÍTULO 13: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O capítulo 13 foi **elaborado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional**. Sua minuta foi apreciada pela Codir no dia 2 de setembro de 2014. Esse colegiado fez algumas sugestões de alteração no texto, as quais foram **aprovadas pelo Consup, em 1º de outubro**. Além desses dois colegiados, o Cepe também apreciou a minuta do capítulo 13.

Este capítulo teve seu nome modificado em relação ao previsto no Plano de Trabalho, por proposta da Diretoria de Gestão do Conhecimento, que considerou mais adequado inverter a ordem das palavras Acompanhamento e Avaliação, de forma a melhor retratar a ordem cronológica das duas atividades

## DIVULGAÇÃO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO

Durante todo o decorrer do processo de elaboração do PDI 2015-2019, as Comissões Central e Operacional tiveram a preocupação de manter a comunidade informada sobre as atividades realizadas, bem como envolver ao máximo os três segmentos nas discussões e na tomada de decisões relativas ao Plano.

Além de disponibilizar no site do PDI os documentos produzidos, tais como apresentações, minutas, portarias, memorandos, cronogramas, dentre outros, a Comissão Operacional procurou encaminhar, periodicamente, sugestões de pauta para o setor de jornalismo, de forma a publicar, tanto no Link Digital, quanto nas redes sociais e no site do PDI, as notícias do processo.

Outra forma de comunicação com os servidores foi o e-mail [pdi@ifsc.edu.br](mailto:pdi@ifsc.edu.br), por meio do qual as consultas públicas e os convites para participação em comissões e atividades foram enviados. Além do e-mail, o formulário de contato disponibilizado no site do PDI, apesar de pouco utilizado, foi um meio para a comunidade, tanto interna quanto externa, contatar a Comissão Operacional.

Banners e cartazes foram produzidos e distribuídos a todos os câmpus e para a reitoria. Além disso, um vídeo instrucional sobre o Planejamento Estratégico foi criado em parceria entre a Prodin e a IFSC TV, a fim de orientar os servidores para participarem de uma das consultas públicas realizadas.

Outra rotina adotada pela Comissão Operacional foi produzir relatórios das atividades mais relevantes do processo, tais como eventos e consultas públicas. Todas as contribuições recebidas por meio das consultas públicas foram analisadas e o resultado da análise foi publicado no site do PDI, nos relatórios.

### CONCLUSÕES

A elaboração do PDI 2015-2019 foi um processo de dois anos e meio que representou um amadurecimento significativo tanto em termos do acultramento da instituição ao planejamento quanto para a consolidação de sua identidade. Não apenas pela abrangência e responsabilidade do documento, mas fundamentalmente pela metodologia participativa – que envolveu a constituição de várias comissões, quatro consultas públicas, análises de pareceres de todos os órgãos colegiados e a realização de 22 eventos entre assembleias, seminários e capacitações, além das ações locais realizadas por todos os câmpus – foi necessário prorrogar o cronograma previsto para sua elaboração, bem como alterar seu período de vigência de 2014-2018 para 2015-2019.

Além de representar esse amadurecimento para o IFSC, o trabalho de elaboração do nosso PDI foi referência para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O estudo feito na fase I do processo, preparação para a elaboração do PDI, foi uma importante contribuição para a construção das orientações divulgadas pelo Fórum de Desenvolvimento Institucional (FDI) a todos os Institutos Federais, em 2013. Também nesse sentido, fomos convidados para apresentar a metodologia e experiência do IFSC no evento de lançamento do trabalho de elaboração do novo PDI da Universidade Federal do Vale do São Francisco, em Juazeiro (BA), em agosto de 2014. E a experiência de elaboração do POCV do IFSC tornou-se referência para a Rede, sendo compartilhada com outros Institutos, inclusive por meio da realização de uma oficina por webconferência aberta a todos os IFs.

A elaboração do Projeto Pedagógico Institucional pode ser destacada como uma das etapas de grande participação da comunidade e de muita discussão acerca da atuação do Instituto. O planejamento estratégico foi igualmente um processo participativo, e que trouxe maior alinhamento entre a estratégia da instituição e sua programação orçamentária, pois orienta a elaboração dos Planos Anuais de Trabalho dos câmpus e da Reitoria.

O planejamento da oferta para os próximos anos foi uma das etapas que representou um enorme ganho para a instituição, visto que foi elaborada uma estratégia de planejamento da oferta com base em diretrizes e com metas bem definidas,

principalmente em relação à nossa atuação, prevista em lei. A planilha desenvolvida para auxiliar na elaboração do POCV pode ser considerada uma importante ferramenta de gestão, com vistas ao cumprimento de nossa missão.

Os demais capítulos também representaram um esforço coletivo no sentido de explicitar em um documento a atuação da instituição e como ela pretende alcançar sua visão de futuro.

A elaboração do PDI 2015-2019 representou um momento diferenciado de integração entre os servidores e estudantes dos diversos câmpus, relacionando-se inclusive a um dos objetivos estratégicos estabelecidos para os próximos anos: Favorecer o compartilhamento e a cooperação entre servidores e áreas. Nesse processo, toda a comunidade do IFSC pôde participar ativamente da formulação da estratégia institucional.

Também foi um processo de autoavaliação, de olhar para os documentos norteadores e construir nossa proposta de atuação para os próximos cinco anos. Nesse sentido, cabe apresentar, como contribuição para os processos futuros de elaboração do PDI, algumas sugestões. A efetividade do trabalho da Comissão Operacional, por exemplo, poderia ter sido maior caso houvesse uma sala destinada a esse grupo, bem como que seus componentes pudessem dedicar mais tempo às atividades relacionadas ao PDI. Em relação às outras comissões, é importante que se tenha um coordenador que agregue e motive o trabalho do grupo, pois representa um desafio articular o trabalho de servidores muitas vezes de diferentes cidades. A utilização de meios de comunicação virtuais torna-se imprescindível para a condução de um processo como esse, de grandes proporções. Por isso, é importante que estejamos sempre atentos e dispostos a utilizarmos essas ferramentas e aprimorarmos nossa comunicação, otimizando os recursos disponíveis.

Considerando que a melhor maneira de construir um PDI é aquela que melhor combina com as características da instituição, conclui-se que o processo de elaboração desse PDI cumpriu esse requisito, pois trouxe consigo o caráter de gestão participativa e de atuação inclusiva do Instituto. O PDI deve ser concebido, entendido e implementado como documento transcendente ao organograma e equipes gestoras. E, nesse sentido, cabe destacar a importância da atuação dos órgãos colegiados na construção e validação



do documento, bem como da participação dos nossos estudantes durante diversas etapas do processo.

Planejar é um dever do gestor público para com a sociedade. E elaborar um planejamento de longo prazo, como o PDI, é tão importante quanto construir as condições para que ele seja uma efetiva ferramenta de gestão.